



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26/2011

Fixa o número de vereadores da Câmara Municipal de Bom Despacho para a Legislatura de 2013 a 2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Bom Despacho, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, art. 22, do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Esta Resolução fixa o número de Vereadores da Câmara Municipal de Bom Despacho, para a Legislatura de 2013 a 2016, tendo por objeto:

- I – estabelecer a composição da Câmara Municipal de Bom Despacho, de modo que o limite máximo de Vereadores seja proporcional à população do Município, conforme previsto no art. 29, inciso IV, da Constituição Federal;
- II – adequar o número de Vereadores à população de 45.624 habitantes, do Município de Bom Despacho, segundo o censo demográfico do IBGE de 2010;
- III – atender o disposto na alínea c, inciso IV, art. 29, da Constituição Federal, onde está previsto o limite de 13 (treze) Vereadores para uma Câmara Municipal cujo respectivo Município tenha entre 30.000 (trinta mil) e 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- IV – atender o princípio da anterioridade da lei eleitoral, previsto no art. 16, da Constituição Federal, e aplicável à adequação do número de Vereadores, pelo que a vigência da presente Resolução deve anteceder em 1 (um) ano a data da eleição municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

Art. 2º Fica fixado em 13 (treze) o número de Vereadores que irão compor a Câmara Municipal de Bom Despacho, na Legislatura de 2013 a 2016.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Bom Despacho, em 10 de agosto de 2011.

João N.
Ricardo L. Abreu



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

JUSTIFICATIVA

A Emenda Constitucional nº58, de 23 de setembro de 2009, deu nova redação ao inciso IV, artigo 29, da Constituição Federal, alterando os critérios até então vigentes para a composição das Câmaras Municipais.

Assim, o presente Projeto de Resolução, que ora é submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa, visa disciplinar a matéria, com estrita observância do disposto naquele dispositivo constitucional e com ênfase para a fixação do número de Vereadores, para a Legislatura de 2013 a 2016.

O primeiro artigo do texto, atendendo o regramento consolidado na Lei Complementar nº95, de 26/02/1998, indica o objeto e o respectivo âmbito de aplicação da presente norma, prestando ainda para justificar a sua propositura.

O desdobramento do referido dispositivo em quatro incisos enseja um julgamento mais abrangente do valor, conveniência e necessidade de normatizar a matéria, além de explicar o seu caráter de urgência, diante do princípio da anterioridade da lei eleitoral.